



## **Projeto de Lei n.º 56**

**Data: 30 de novembro de 2007**

**SÚMULA:** "Cria e regulamenta o Programa Caixa Escolar no Município de Campo Largo e da outras providências"

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO,** Estado do Paraná, **APROVOU** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei.

**Art. 1º.** Fica criado o **Programa Caixa Escolar** no Município de Campo Largo.

**Art 2º.** O programa Caixa Escolar será efetivado mediante a realização de transferências voluntárias de recursos públicos, pelo Poder Executivo Municipal, às entidades representativas de Pais, Mestres e Funcionários dos Estabelecimentos de Ensino Municipais, mediante celebração de Termos de Convênio, cooperação ou similares até o máximo auferido por meio da fórmula do § 3º, por exercício financeiro.

**§ 1º -** Os recursos transferidos à entidade integrante do Programa Caixa Escolar somente poderão ser utilizados para despesas com o Estabelecimento de Ensino indicado no Estatuto Social da entidade, devendo restringir-se ao custeio de manutenção da infra-estrutura e equipamentos, pequenos reparos, aquisição de material de consumo e permanente, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, compra de material didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades educacionais, projetos pedagógicos complementares e outros gastos correntes.

**§ 2º -**  $(R\$ 2.000,00) + (n.º \text{ de alunos} \times \text{valor base})$



**§ 3º** - Para quantificação do número de alunos será considerado o CENSO Escolar do ano anterior à celebração do Termo de Convênio, cooperação ou similar, fornecido pelo Ministério da Educação.

**§ 4º** - O valor base do cálculo será: de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) para alunos de classe especial; R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) para alunos de Centros Municipais de Educação Infantil; R\$ 18,00 (dezoito reais) para alunos das Escolas Municipais.

**§ 5º** - Para as entidades vinculadas às escolas municipais que proporcionam mais de uma modalidade de ensino, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será considerado uma única vez na fórmula.

**§ 6º** - Os valores previstos nos §§ 4º e 5º, serão reajustados anualmente pelo INPC, a contar da publicação da presente Lei.

**§ 7º** - As transferências tratadas nesta lei estão subordinadas a todas as regras estabelecidas pelas demais normas legais atinentes ao tema de transferências voluntárias, inclusive resoluções do Tribunal de Contas, ainda que entrem em vigor após a vigência desta lei.

**Art. 3º** - Somente poderão receber repasses de verbas do Programa Caixa Escolar as entidades que cumpram os seguintes requisitos:

- a) tenham sido declaradas de utilidade pública;
- b) sejam reconhecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte como entidades que auxiliam aos Estabelecimentos de Ensino Municipais;
- c) que contenham no seu estatuto social os seguintes requisitos:





1) - objetivo estatutário principal voltado à promoção da educação e auxílio à determinado Estabelecimento de Ensino Municipal;

2) - natureza jurídica e social de entidade representante de Pais, Mestres, e Funcionários de Estabelecimento de Ensino Municipal;

3) 5) - a obrigatoriedade da existência do cargo de Gestor Financeiro Municipal como membro efetivo da Diretoria, o qual deverá ser ocupado pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino vinculado no estatuto da entidade.

4) 6) - competência exclusiva definida ao cargo de Gestor Financeiro Municipal para gestão dos recursos públicos oriundos do Programa Caixa Escolar;

d) estejam adequadas aos demais requisitos impostos em outros diplomas legais no tocante a efetivação de transferências voluntárias.

1. § 2º - No momento da celebração do Termo de Convênio, Cooperação ou similar, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte verificará e decidirá, sobre os requisitos deste artigo, ficando vedada a celebração do instrumento e repasse da verba pelo Poder Público caso a Secretaria entenda pelo não atendimento da exigência legal.

4. Art. 5º - Ficam vedadas às entidades abrangidas por esta lei, sob pena de rescisão automática de qualquer Termo de Convênio, cooperação ou similar firmado e suspensão dos repasses de verbas do Programa Caixa Escolar, bem como, devolução de recursos já repassados, as seguintes condutas:

I - alteração do Estatuto Social, em desrespeito ao contido no artigo anterior;



II - negativa de cumprimento dos objetivos estatutários.

<sup>5</sup>  
**Art. 6º** Ficam revogadas as Leis nº 1961/2007 e n.º1261/1997 e demais disposições em contrário.

<sup>6</sup>  
**Art. 7º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo,**  
em 30 de novembro de 2007.



**EDSON BASSO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

692/07  
AS.

12/12/07